

Participação eleitoral e percepções sobre política entre jovens secundaristas de 16 e 17 anos: o caso do IFSP – Campus Sertãozinho – nas eleições municipais de 2024

Electoral participation and perceptions of politics among 16 and 17-year-old high school students: the case of IFSP – Sertãozinho Campus – in the 2024 municipal elections

Participación electoral y percepciones de la política entre estudiantes de secundaria de 16 y 17 años: el caso del IFSP – Campus Sertãozinho – en las elecciones municipales de 2024

Maria Eduarda Merlin¹
Abraão Pustrelo Damião²

Resumo: O presente estudo investigou as percepções sobre política e a participação política, por meio do voto, de estudantes de 16 e 17 anos do IFSP, campus Sertãozinho, nas eleições municipais de 2024. A seguinte pergunta norteou a pesquisa: quais fatores motivaram a visão sobre política e, sobretudo, o engajamento desses jovens no processo eleitoral, dado que o voto é facultativo para essa faixa etária? O objetivo geral consistiu em responder a tais indagações. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários semiestruturados que foram analisados, posteriormente, à luz do arcabouço teórico selecionado. Os resultados indicaram a existência de uma juventude que valoriza a política como teoria e ferramenta social, mas que não se sente representada pelas instituições vigentes. Tal cenário, somado à não obrigatoriedade do sufrágio para essa faixa etária, explica a baixa participação desses jovens nas eleições de 2024.

Palavras-chave: Juventude. Participação Política. Eleições. Representatividade. IFSP.

Abstract: This study investigated the perceptions of politics and political participation, through voting, among 16- and 17-year-old students from IFSP, Sertãozinho campus, in the 2024 municipal elections. The research was guided by the following question: what factors motivated or discouraged the engagement of these young people in the electoral process, given that voting is optional for this age group? Consequently, the general objective was to address these inquiries. Methodologically, the research adopted a mixed-methods (qualitative-quantitative) approach, utilizing semi-structured questionnaires as the data collection instrument. The gathered information was analyzed in light of the selected theoretical framework. The results indicated the existence of a youth population that values politics as a theory and a social tool, yet does not feel represented by current institutions. This scenario, combined with the non-compulsory nature of the suffrage for this age group, explains the low participation of these young people in the 2024 elections.

Keywords: Youth. Political Participation. Elections. Representativeness. IFSP.

¹ Graduanda em Química (USP). Técnica em Química pelo IFSP (2025), campus Sertãozinho. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5237-4510>. E-mail: mariaeduardamerlin25@gmail.com.

² Doutor em Sociologia (UNESP). Professor do IFSP, campus Barretos, em colaboração com o campus Sertãozinho. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6350-894X>. E-mail: abraod@ifsp.edu.br.

Resumen: Este estudio investigó las percepciones de la política y la participación política, a través del voto, entre estudiantes de 16 y 17 años del IFSP, campus Sertãozinho, en las elecciones municipales de 2024. La investigación se orientó por la siguiente pregunta: ¿qué factores motivaron o desincentivaron el compromiso de estos jóvenes en el proceso electoral, considerando que el voto es facultativo para este grupo etario? El objetivo general fue responder a dicha cuestión. Metodológicamente, el estudio adoptó un enfoque cuali-cuantitativo, utilizando cuestionarios semiestructurados como instrumento de recolección de datos, posteriormente analizados a la luz del marco teórico seleccionado. Los resultados evidenciaron la existencia de una juventud que valora la política como teoría y herramienta social, pero que no se siente representada por las instituciones vigentes. Este escenario, sumado a la no obligatoriedad del sufragio, contribuye a explicar la baja participación de estos jóvenes en las elecciones de 2024.

Palabras-clave: Juventud. Participación Política. Elecciones. Representatividad. IFSP.

Submetido 12/02/2026

Aceito 17/06/2026

Publicado 29/07/2026

Considerações iniciais

Sob a ótica da organização institucional, a esfera política apresenta-se como elemento indissociável da convivência coletiva, transcendendo a mera aplicação de normas estáticas ou de estruturas de poder consolidadas (Bauman, 2000). De uma perspectiva teórico-cultural, embora o ordenamento político molde a essência da governança de uma sociedade, as disputas de interesse e as dinâmicas de participação social são heterogêneas e variam conforme o estrato social observado (Weber, 1999).

Isso significa que a visão e a atuação políticas não são uniformes, mas sim mediadas pelas percepções específicas que cada grupo constrói sobre a realidade em que está inserido. Essa diversidade de posicionamentos ocorre porque a internalização, a observância e a elaboração das normas morais e jurídicas de um regime político não ocorrem de forma homogênea; são processadas, na verdade, conforme as especificidades do meio em que se manifestam (Habermas, 1989).

Sob tal ponto de vista, a práxis política constitui um campo perene de debates, tornando-se objeto central de investigação para pesquisadores que buscam decifrar a estrutura e a dinâmica de uma coletividade, bem como estabelecer os parâmetros fundamentais para o julgamento e a intervenção sobre os fenômenos da vida pública. Afinal, em última análise, são essas características que definem as fronteiras da ação social e as possibilidades de transformação da realidade compartilhada (Arendt, 2007).

Diante do anseio de melhor compreender o cenário político nacional e de aprofundar o entendimento das subjetividades políticas em disputa no país, estruturamos, em 2019, um grupo de trabalho dedicado às interseções entre política e juventude no âmbito do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus Barretos, denominado “Em Busca de uma Nova Proposta Sociopolítica a Partir da Visão de Estudantes do Ensino Médio”.

A hipótese que norteou nossa iniciativa, à época, sustentava-se na premissa de que o reduzido engajamento político de estudantes menores de 18 anos nas questões públicas decorria da escassez de projetos de intervenção no cotidiano escolar, assim como do distanciamento subjetivo dos próprios jovens em relação ao tema.

O percurso inicial revelou desafios significativos, que não decorreram da escassez de literatura acadêmica sobre o tema, mas da especificidade de nosso recorte investigativo: jovens entre 16 e 18 anos incompletos. Desde então, o grupo tem buscado preencher esse vácuo,

deslocando o olhar de uma análise puramente institucional para a compreensão das vivências desses jovens cidadãos no – e para o – regime democrático nacional. Nosso esforço visa ampliar o entendimento sobre as manifestações políticas desses estudantes, tanto no ambiente escolar quanto em espaços externos.

É importante ressaltar que a interação contínua com bolsistas e voluntários nas reuniões quinzenais do grupo – realizadas em Sertãozinho, bem como em Barretos –, nas quais se discutiam textos e questões relacionadas à política, foi determinante para mapear avanços e obstáculos, seja no âmbito da formação intelectual, seja na efetivação de políticas públicas direcionadas a esse grupo social. Essas interações ajudaram, com o suporte da metodologia de Baldin (2011) e Gatti (2005), a enriquecer a dimensão qualitativa das investigações e fortaleceram o rigor teórico-conceitual das análises.

O problema central que motivou a presente discussão reside na aparente contradição entre o potencial de transformação social da juventude e o seu efetivo distanciamento das esferas institucionais de poder. Especificamente, questionamos: quais fatores subjetivos e estruturais determinaram a decisão de estudantes de 16 e 17 anos – para os quais o voto não é impositivo – de participarem ou se absterem do processo eleitoral municipal?

Nesse sentido, a hipótese que sustentou este estudo é que o reduzido engajamento político não decorre de uma apatia generalizada em relação à política como prática, mas sim de uma crise de representatividade institucional somada à escassez de espaços de mediação entre o conteúdo escolar e a prática democrática real. Destacamos esses pontos, pois a iniciação científica que deu origem a este artigo é um desdobramento de um projeto de investigação mais amplo³, que se tornou possível graças à efetivação de um acordo de colaboração técnica entre o orientador e o campus Sertãozinho.

O município de Sertãozinho, localizado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, destaca-se como um polo industrial dinâmico e economicamente expressivo, contando com uma população que supera os 120 mil habitantes (IBGE, 2022). É nesse contexto urbano e socioeconômico que o campus do IFSP está inserido, desempenhando um papel estratégico na formação técnica e cidadã dos jovens da localidade.

³ O instrumento de coleta de dados semiestruturado desta pesquisa pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://forms.gle/8q3MsC1EniM78Kjo8>. Nesse link, é possível consultar dados complementares que não foram exauridos na presente análise, o que reforça a transparência e a veracidade das informações apresentadas.

No trabalho aqui exposto, examinamos de forma detida a participação eleitoral nas eleições municipais de 2024 e as percepções acerca da política entre estudantes secundaristas de 16 e 17 anos dessa unidade acadêmica. Para tanto, definimos como objetivos específicos desta investigação: a) quantificar o índice de alistamento eleitoral facultativo e a efetiva participação nas urnas desse grupo de estudantes no pleito de 2024; b) mapear as principais fontes informativas e espaços de sociabilidade (como a família e a escola) que medeiam a construção de suas visões políticas; e c) analisar os níveis de confiança e os sentimentos de representatividade que esses jovens manifestam em relação aos canais tradicionais da democracia institucional.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem de natureza mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos com objetivos exploratórios e explicativos. Tal percurso fundamentou-se nas premissas metodológicas de Gatti (2005), Bardin (2011) e Mesquita et. al. (2016). Para a análise da vida contemporânea, o arcabouço teórico ancorou-se em Z. Bauman (2000), M. Weber (1999), J. Habermas (1989) e H. Arendt (2007). Complementarmente, a discussão específica sobre juventude e participação política pautou-se nas contribuições de L. Castro (2009), D. León (2005), L. Lüchmann (2007), S. Solano (2022), M. Barquero e R. González (2023), L. Silva e C. Ribeiro (2025) e H. Abramo (2005). Essa escolha metodológica visou apreender tanto os aspectos mensuráveis da participação política dos jovens investigados – notadamente expressos no voto –, quanto as dimensões subjetivas associadas às percepções e aos significados atribuídos à política.

Nosso processo investigativo foi estruturado, inicialmente, a partir de um levantamento bibliográfico e documental, que incluiu a revisão da literatura especializada, a análise da legislação vigente e a apuração de dados institucionais referentes ao total de matrículas do campus em cursos de Ensino Médio Integrado. Essa etapa documental permitiu mapear o universo total de alunos e identificar aqueles que comporiam o recorte demográfico da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de critérios de inclusão estritos: estar regularmente matriculado no campus Sertãozinho e possuir 16 ou 17 anos completos até a data das eleições municipais de outubro de 2024, período em que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos no Brasil. Foram excluídos os estudantes fora dessa faixa etária ou que não

pertenciam aos cursos integrados. A partir desse mapeamento censitário junto à secretaria acadêmica, os jovens foram convidados a participar voluntariamente das etapas seguintes. Em um segundo momento, realizamos reuniões presenciais em que promovemos discussões abertas com os discentes do campus ao longo de 2024 e 2025, o que possibilitou aprofundar o debate sobre a temática e aprimorar as estratégias de coleta de dados.

Após essa sensibilização, procedemos com a aplicação do questionário semiestruturado, composto por blocos de perguntas fechadas (perfil socioeconômico, comportamento eleitoral, representatividade) e abertas (percepções gerais). Mediante autorização dos docentes, o instrumento foi administrado pelo bolsista da pesquisa em sala de aula, utilizando-se a plataforma digital *Google Forms*.

Esse percurso metodológico foi concluído por meio da triangulação dos dados à luz do referencial teórico selecionado. Inicialmente, a sistematização pautou-se nas técnicas de Bardin (2011), para a análise de conteúdo e a organização de categorias temáticas que permitiram identificar padrões de resposta; paralelamente, fundamentou-se em Mesquita *et al.* (2016), para a interpretação das questões abertas e dos diálogos, visando decodificar conceitos abstratos – como “engajamento” e “valores políticos” – a partir das subjetividades juvenis; por fim, as orientações de Gatti (2005) subsidiaram a integração dos dados discursivos ao corpo geral da pesquisa, permitindo que as evidências estatísticas fossem lidas em conjunto com as falas dos sujeitos para garantir uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado. Dessa forma, a análise não se restringiu à descrição de frequências estatísticas, mas buscou compreender as motivações subjacentes às práticas políticas da juventude em questão.

Ressaltamos que o projeto e seus instrumentos de pesquisa foram aprovados pelo sistema CEP/CONEP, estando registrados na Plataforma Brasil sob o CAAE nº 34657420.0.0000.5473.

Análise dos dados e resultados

Antes da apresentação dos dados e dos resultados da investigação, faz-se necessário explicitar algumas premissas teóricas que orientaram a compreensão do contexto social e educacional dos estudantes investigados.

Longe de uma concepção homogênea ou limitada a um recorte etário fixo, a juventude constitui-se como uma categoria social e analítica multifacetada, historicamente situada e

moldada por dinâmicas culturais, econômicas e sociais específicas. Nesse sentido, compreendê-la requer um olhar atento às suas singularidades e às múltiplas formas de vivenciar essa etapa da vida (Novaes, 2006).

No Brasil, o ordenamento jurídico e político que define a condição juvenil é formalizado pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que reconhece como jovens os indivíduos situados na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Longe de constituir uma mera convenção cronológica, essa definição legal – incorporada ao texto constitucional a partir da Emenda Constitucional nº 65/2010 – estabelece-se como marco normativo fundamental à formulação e à implementação de políticas públicas de caráter transversal voltadas à juventude. Segundo León (2005), tal enquadramento jurídico foi decisivo para a efetivação de direitos civis, sociais e culturais capazes de responder às especificidades, desigualdades e vulnerabilidades de um grupo social que, até então, permanecia à margem das prioridades estatais.

No que se refere à participação política formal, a permissão do voto facultativo para adolescentes de 16 e 17 anos encontra-se prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 14, § 1º, inciso II, alínea “c”, que estabelece o caráter não obrigatório do alistamento eleitoral e do exercício do sufrágio para essa faixa etária. Conforme ressalta Castro (2008), tal dispositivo constituiu uma inovação no processo constituinte, uma vez que não decorreu da tramitação de um projeto de lei ordinária, mas de uma decisão política diretamente associada ao contexto de redemocratização do país. Seu propósito central foi ampliar os direitos civis e políticos historicamente negados à juventude durante o regime autoritário (1964-1985), ao mesmo tempo em que buscava estimular a inserção progressiva dos jovens nos mecanismos institucionais de participação, representação e deliberação coletivas, fortalecendo a cultura democrática desde as etapas iniciais da vida pública.

Todavia, conforme adverte Abramo (2005), as delimitações estritamente etárias ou legais acerca da juventude são alvo de críticas recorrentes, na medida em que tendem a reduzir a condição juvenil a um recorte cronológico rígido ou a um aparato normativo formal. Para a autora, tal perspectiva acaba por negligenciar a densidade das experiências sociais, históricas e simbólicas que constituem a juventude em contextos concretos. Desse modo, é fundamental reconhecer que os jovens estão submetidos a processos diferenciados de socialização, inserção sociocultural e posicionamento no mundo do trabalho, os quais produzem vivências singulares

e trajetórias desiguais, impossíveis de serem plenamente compreendidas a partir de critérios meramente etários ou jurídicos.

Ademais, as experiências juvenis são atravessadas por distintos marcadores sociais – como classe, gênero, raça e território –, os quais condicionam de forma desigual o acesso a direitos, oportunidades e modalidades de participação social. Para Lüchmann (2007), tais marcadores influenciam diretamente as possibilidades de engajamento político e de reconhecimento social, reforçando a necessidade de análises que contemplem a pluralidade e a heterogeneidade das trajetórias juvenis.

Estabelecidas tais premissas, passamos à apresentação e à análise dos dados e dos resultados desta investigação.

O campus Sertãozinho do IFSP contava, no ano de 2025, com 424 alunos matriculados no Ensino Médio, distribuídos nos cursos técnicos integrados de Mecânica, Automação e Química. Desse total, obtivemos o consentimento e a participação de 84 estudantes que declararam ter entre 16 e 17 anos na data da eleição de 2024.

Uma análise mais detida dos dados, contudo, revelou que dois respondentes (2,4% da amostra) tinham 15 anos e quatro (4,8%) possuíam 18 anos ou mais; por conseguinte, esses seis questionários foram descartados. Da amostra válida (78 questionários, correspondentes a 92,8% do total coletado), 57,1% dos estudantes tinham 16 anos e 35,7% tinham 17 anos na data do pleito municipal, estando, portanto, aptos ao alistamento eleitoral e ao exercício do voto facultativo.

Da amostra válida, apenas 16 estudantes (20,5%) emitiram o título de eleitor e efetivamente votaram em 2024, motivados primordialmente pela crença no valor intrínseco do sufrágio. Entre os jovens que optaram por não emitir o documento, a ausência de obrigatoriedade figurou como o principal motivo para 52,6% deles. Somam-se a essa justificativa o desconhecimento sobre o processo de emissão do título eleitoral (14,1%) e a falta de interesse direto em obtê-lo (11,5%).

Para compreender a dimensão desses achados locais, faz-se necessário contrastá-los com o perfil demográfico-eleitoral do município e com o panorama nacional. Dados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2024) apontam que Sertãozinho contava com um eleitorado total de 94.321 cidadãos aptos a votar no pleito de 2024. Desse montante, as estatísticas oficiais obtidas junto à 135ª Zona Eleitoral – Cartório Eleitoral de Sertãozinho (SP)

– revelam que a participação de jovens de 16 e 17 anos representou uma fração residual do eleitorado, correspondendo a apenas 0,85% do total de inscritos no município, o que replica um comportamento histórico de baixa adesão nessa faixa etária. Em âmbito nacional, contudo, a proporção de jovens de 16 e 17 anos (incluindo os analfabetos) com o título de eleitor regularizado para o pleito de 2024 quebrou a sequência de quedas em eleições municipais e voltou a crescer, registrando 3.481.131 votantes aptos, o que corresponde a 1,18% do eleitorado total do país.

Essa incipiente participação no cenário municipal converge diretamente com o diagnóstico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP, 2024), cujos relatórios do período indicavam que somente 14,2% dos jovens nessa faixa etária haviam buscado o alistamento eleitoral em todo o estado. Paradoxalmente, o índice de 20,5% de engajamento prático verificado entre os estudantes do IFSP, campus Sertãozinho, mostrou-se ligeiramente superior às médias estadual e municipal. Isso sugere que, embora a não obrigatoriedade seja o fator macro que baliza a abstenção, a inserção dos sujeitos em uma instituição federal de ensino pode atuar como um fator de micropolitização, ainda que insuficiente para romper a tendência de retração observada no Cartório Eleitoral local.

Ressalta-se que, apesar de a maioria dos estudantes não terem aderido ao alistamento facultativo, observamos um sólido apoio à norma vigente: 87,2% dos respondentes consideram o voto obrigatório a partir dos 18 anos um estímulo crucial para a participação política, e 61,5% defendem sua manutenção, frente a uma oposição restrita a apenas 7,7%.

Essa aceitação da obrigatoriedade contrasta, contudo, com uma avaliação autocrítica acerca do “preparo político” da própria juventude para o exercício da cidadania: 41% dos estudantes acreditam que jovens de 16 e 17 anos carecem de maturidade para o sufrágio, percentual superior aos 35,9% que defendem sua aptidão. Essa percepção de “imaturidade” autoatribuída reflete o que Baquero e González (2016) conceituam como “desafeição política precoce”, fenômeno no qual o jovem internaliza o discurso hegemônico de incapacidade técnica ou cognitiva da juventude para intervir nas decisões de Estado, deslegitimando o próprio papel enquanto ator político.

Já quando perguntados sobre os meios pelos quais souberam da possibilidade de votar de maneira facultativa em 2024, 73,8% dos estudantes afirmaram ter obtido essa informação por meio de propaganda governamental, sobretudo campanhas do Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) ou informes partidários. Em contraste com essa ampla penetração midiática, a escola apresentou uma atuação fragmentada como fonte informativa. Enquanto 38,5% dos alunos confirmaram que o campus os orientou sobre a possibilidade do voto a partir dos 16 anos, um percentual equivalente (39,7%) declarou não ter recebido qualquer instrução a esse respeito no ambiente escolar. Esse equilíbrio estatístico sugere a ausência de uma diretriz pedagógica uniforme, indicando que a instituição escolar investigada não ocupa um papel central na mobilização eleitoral precoce, o que torna esses jovens mais suscetíveis às influências externas da propaganda do que a uma formação institucional crítica.

Essa sugestão é reforçada pelo fato de que a maioria dos respondentes (57,7%) afirma jamais ter participado de instâncias formais de representação ou mobilização no campus, como grêmios estudantis, movimentos de reivindicação ou reuniões setoriais da instituição. Entre a parcela que manifestou algum tipo de ativismo, predominam ações de baixo nível de engajamento, exemplificadas pela assinatura de abaixo-assinados (28,2%) e pela participação em manifestações pontuais em defesa da educação (15,4%), promovidas dentro da escola.

Acerca do interesse desses jovens pela política, notamos uma distinção significativa entre a percepção de sua utilidade para o bem comum e a motivação individual para o engajamento efetivo em processos de deliberação coletiva, o que revela uma dissociação entre o reconhecimento normativo da política e a disposição subjetiva para a participação ativa.

Os dados indicam, por exemplo, que a maioria dos estudantes reconhece a política como um elemento central para a transformação da sociedade, uma vez que 95,2% dos respondentes a identificam como agente de mudança social e 92,9% reafirmam sua relevância para a organização da vida em comunidade. Além disso, 83,3% dos alunos consideram o aprendizado sobre política – abrangendo sua história, funcionamento e mecanismos de representatividade – fundamental tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para o bem-estar coletivo.

Corroborando essa percepção, 57,1% defendem que o ensino e as discussões sobre política ocorram em espaços institucionais, como a escola, bem como em espaços públicos de debate, tais como parlamentos, assembleias, entre outros. Notamos, entretanto, uma resistência significativa por parte de 28,6% dos respondentes no que diz respeito a “discutir política” em espaços nos quais se sintam “obrigados a fazê-lo”, como a sala de aula, o que sugere que uma parcela considerável de nossos alunos manifesta desconforto ou receio quanto à neutralidade, à forma de condução ou aos possíveis vieses presentes nessas abordagens. Tal achado demonstra

a necessidade de maior atenção por parte de mediadores e educadores quando tratarem do tema, especialmente no que se refere às estratégias pedagógicas adotadas e à garantia de espaços efetivamente plurais e dialógicos.

Notamos que a prática do diálogo político, para esse grupo de estudantes, ocorre predominantemente em ambientes marcados pela proximidade afetiva e pela confiança interpessoal, em detrimento das esferas públicas formais. Amigos (73,1%) e familiares (59%) aparecem como os principais interlocutores nas conversas sobre política, enquanto instâncias institucionais, como aulas mediadas por professores, grêmios estudantis e espaços congressuais, bem como ambientes públicos físicos ou digitais – a exemplo de fóruns, assembleias e sites especializados – apresentam baixa adesão, alcançando apenas 16,7% desses jovens. Esse cenário é reforçado pelo fato de que a quase totalidade dos respondentes (98,7%) reside com os pais, o que indica um vínculo cotidiano intenso com o núcleo familiar primário. Como aponta Elias (1994), a configuração doméstica tende a concentrar as trocas de ideias no âmbito privado, reduzindo a exposição dos indivíduos à diversidade de perspectivas e ao confronto de opiniões característicos dos espaços públicos de deliberação e decisão coletiva.

O desconforto em relação à neutralidade, a configuração familiar predominante e a ausência de uma estratégia institucional uniforme são alguns dos fatores que acreditamos estar associados à participação política predominantemente episódica de nossos alunos. Nesse sentido, 43,6% dos estudantes afirmaram debater o tema “política” apenas “raramente”, evidenciando uma prática esporádica e pouco sistemática. Em contraste, uma parcela menor, correspondente a 37,2%, declara manter certa regularidade nessas discussões, indicando que o interesse pelo tema existe, mas se manifesta de forma intermitente e condicionada a contextos específicos. Justamente com o objetivo de aprofundar a compreensão dessa conjuntura, examinamos o “conhecimento político” dos estudantes e suas percepções acerca das hierarquias de poder no âmbito familiar e social a partir das premissas de Mesquita et. al. (2016) e Castro (2009).

Apesar de a maioria dos alunos residir com os pais, mais da metade deles (57,7%) afirma não sofrer influência direta das decisões ou opiniões políticas dos progenitores. Entre aqueles que reconhecem algum nível de influência, 33,3% a classificam como “pouca”, o que sugere uma relação marcada por relativa independência de posicionamento.

Essa autonomia é reforçada pela percepção de competência informativa, uma vez que um terço dos jovens (33,3%) se considera mais bem informado sobre política do que seus pais, ainda que uma parcela significativa (43,6%) reconheça o maior acúmulo de conhecimento da geração anterior. Esse senso de autonomia intelectual, contudo, não se converte automaticamente em influência efetiva no espaço privado, visto que 48,7% dos estudantes afirmam não ser capazes de impactar o voto ou a opinião política dos pais. Tais afirmações indicam que, embora haja independência de pensamento, persistem barreiras simbólicas e hierárquicas que limitam a reversibilidade da influência pessoal no interior do núcleo familiar.

Ainda sobre hierarquias de poder, em contraste com o que apontam tendências globais de consumo e circulação de informações no ambiente digital (Eddy e Shearer, 2025; Barometer, 2024), nossos alunos apresentam uma “resistência” expressiva à influência de figuras públicas sobre suas opiniões políticas. Essa alegação é evidenciada pelo fato de que 83,3% dos estudantes afirmaram que celebridades ou influenciadores digitais não exerceram qualquer impacto sobre suas convicções políticas, nos últimos anos. Essa postura mostrou-se ainda mais nítida no contexto das eleições de 2024, período em que nenhum dos respondentes indicou essas figuras como fator decisivo para sua escolha eleitoral.

Esse comportamento sugere que a formação da consciência política desse grupo está mais fortemente ancorada em experiências pessoais, interações diretas e na busca ativa por informações do que na adesão a discursos midiáticos personalizados. Nesse sentido, notamos uma autonomia cognitiva entre esses alunos que contraria a percepção amplamente difundida de que a juventude é passivamente moldada por tendências e narrativas veiculadas nas redes sociais. Essa relativa “imunidade” às estratégias de marketing de influência revela, em última instância, um perfil de eleitor jovem mais crítico e seletivo em relação às fontes que orientam suas decisões políticas.

Ao revisar a bibliografia selecionada, observamos que nossos achados vão ao encontro de tendências observadas em outros países latino-americanos. Solano e Rocha (2022) demonstram, a esse respeito, que, além do Brasil, em países como Argentina, Colômbia e México, há o que denominam de “cidadania crítica” ou “cidadania pragmática”. Isso significa que os jovens compreendem a relevância das estruturas políticas para a garantia de direitos e para o funcionamento da democracia, mas mantêm um distanciamento cauteloso em relação ao cotidiano das instâncias decisórias.

No caso específico desses países, segundo os autores, há uma crise de representatividade persistente, na qual partidos, parlamentos e governos são percebidos como espaços pouco permeáveis às demandas juvenis e marcados por práticas tradicionais que impedem a renovação geracional de seus quadros. Ademais, experiências reiteradas de frustração, associadas ao descumprimento de promessas eleitorais, à recorrência de escândalos de corrupção e à adoção de decisões políticas tomadas sem consulta ou participação pública efetiva, alimentam a desconfiança nas instituições políticas e reforçam a percepção de ineficácia da participação formal entre esses jovens latino-americanos.

Solano e Rocha (2022) reforçam, contudo, que essa postura dos jovens não deve ser interpretada como apatia ou desinteresse político. Ao contrário, trata-se de uma atitude crítica e reflexiva, na qual muitos jovens passam a privilegiar formas alternativas de engajamento – como mobilizações pontuais, ativismo digital, coletivos culturais e causas identitárias – mantendo uma distância estratégica em relação às instâncias tradicionais de poder, consideradas pouco responsivas ou carentes de legitimidade.

Salientamos, ainda, a presença de uma consciência crítica bastante desenvolvida entre nossos estudantes no que se refere às desigualdades estruturais de acesso ao poder público, evidenciando que possuem uma percepção atenta e reflexiva sobre os limites da representatividade institucional. Para eles, jovens pertencentes às classes média e alta dispõem de maior capacidade de interlocução e escuta junto aos governantes e partidos, quando comparados aos jovens oriundos das camadas populares, o que reforça a percepção de que o exercício do poder político em nosso país permanece fortemente mediado pelo privilégio econômico e social. Essas desigualdades são percebidas com diferentes graus de intensidade pelos respondentes: para 47,4%, a exclusão dos jovens pobres ocorre de forma recorrente e sistemática (“sempre”), enquanto 32,1% a identificam de maneira intermitente (“às vezes”). Esses dados sugerem que o distanciamento ou a insegurança juvenil observados ao longo da pesquisa não devem ser interpretados como sinais de apatia política, mas como expressão de uma leitura realista das assimetrias que estruturam os canais de participação.

A crise de representatividade percebida entre os estudantes também é reforçada pela quase inexistência de vínculos partidários formais. Segundo os dados, 97,4% dos respondentes não são filiados a partidos políticos e 61,5% não manifestam qualquer intenção de filiação futura, mesmo diante da garantia constitucional do exercício dos direitos políticos a partir dos

16 anos, conforme estabelece o artigo 14 da Constituição Federal de 1988. A maioria dos estudantes (61,5%) afirma não se sentir representada pelas agremiações partidárias ou pelos mandatários eleitos, e apenas 5,1% acreditam que essas instituições efetivamente dão voz às demandas juvenis. Essa descrença manifesta-se de forma progressiva nos índices de confiança, que diminuem à medida que a política se torna mais personalizada: enquanto 46,2% declaram ter “pouca confiança” nas instituições legislativas, o descrédito se intensifica nos partidos políticos, com 50% afirmando não confiar neles, culminando em um índice de 62,8% de desconfiança total em relação aos políticos individualmente.

Esses números revelam um distanciamento expressivo em relação aos canais tradicionais de organização política, notadamente os partidos, os quais tradicionalmente atuam na mediação entre sociedade e Estado. Em diálogo com os resultados anteriores, percebemos que a sensação de “baixa maturidade” política e a resistência à influência de figuras públicas não constituem meros traços geracionais, mas respostas críticas a um sistema percebido como excludente, no qual a fragilidade da representatividade emerge como um dos principais fatores de desestímulo ao engajamento institucional.

Considerações Finais

À luz dos dados empíricos e das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, consideramos que a pergunta que norteou a investigação foi respondida nos limites propostos. Ao articular dimensões objetivas da participação formal, por meio do voto, com aspectos subjetivos relacionados à confiança, à maturidade política e às mediações institucionais, a pesquisa alcançou seu objetivo central, oferecendo evidências suficientes para sustentar as interpretações apresentadas e contribuir para o debate acadêmico sobre juventude, cidadania e democracia.

Não obstante, é importante reconhecer que este trabalho não esgota todas as possibilidades de interpretação acerca da participação política juvenil. Trata-se de um fenômeno complexo, dinâmico e historicamente situado, que permanece aberto a novas leituras e aprofundamentos analíticos. Ademais, o desenvolvimento da pesquisa enfrentou algumas limitações, como o recorte amostral restrito a um único campus, a dependência de autorrelatos dos estudantes – sujeitos a vieses de percepção e de desejabilidade social – e as dificuldades inerentes à mensuração de disposições subjetivas, como interesse político, confiança

institucional e sentimento de eficácia cívica. Tais condicionantes não invalidam os resultados alcançados, mas indicam a necessidade de estudos comparativos e metodologicamente diversificados, capazes de ampliar a compreensão das múltiplas formas pelas quais as juventudes se relacionam com as questões da vida pública.

De todo modo, os achados desta investigação indicam que os estudantes do IFSP, campus Sertãozinho, não se caracterizam pela apatia política, mas por uma relação ambivalente, crítica e seletiva com o campo político. Se, por um lado, reconhecem amplamente o papel da política, do voto e da democracia como fundamentos da vida coletiva, por outro, essa valorização normativa convive com baixos níveis de engajamento prático, desconfiança em relação a partidos e representantes e insegurança quanto à própria maturidade cívica. Essa dissociação entre reconhecimento cognitivo e participação efetiva, contudo, parece menos associada a um suposto desinteresse por parte desses estudantes e mais vinculada à percepção de desigualdades estruturais, à fragilidade da representatividade e à ausência de uma mediação institucional consistente no âmbito da formação política e cidadã.

Como portadores de uma visão crítica e cautelosa sobre a política, esses jovens resistem às formas tradicionais de mobilização e mantêm certo distanciamento em relação aos canais convencionais de participação. Nesse sentido, embora o exercício do sufrágio seja amplamente reconhecido como uma instituição respeitável e um marco importante no processo de transição para a vida adulta, o voto precoce enfrenta obstáculos significativos. Tais barreiras manifestam-se tanto em dimensões práticas quanto em dimensões subjetivas, relacionadas ao receio de errarem, de não dominarem suficientemente o tema ou de se sentirem despreparados para decidir.

A transição desses sujeitos para a vida pública, assim, demanda mais do que o simples acesso à informação, exigindo a construção de uma confiança cívica que as atuais estruturas institucionais e educativas ainda não conseguem oferecer de forma plena. Reforçamos, no entanto, que o fortalecimento dessa confiança não pode depender exclusivamente de campanhas informativas pontuais, sejam elas partidárias ou governamentais. Mais do que isso, é necessário construir uma linguagem institucional capaz de dialogar efetivamente com as experiências, expectativas e repertórios juvenis, reconhecendo esses estudantes como sujeitos ativos do processo democrático.

Faz-se necessário, portanto, desenvolver dispositivos institucionais que fortaleçam a confiança cívica desses jovens e ampliem os canais de escuta, de modo a estimular uma participação mais contínua e reduzir a intermitência observada. Esses mecanismos devem considerar as especificidades das juventudes contemporâneas, sua resistência às formas tradicionais de mobilização e a percepção de desigualdades estruturais, contribuindo para tornar o ambiente político mais acessível, inclusivo e responsivo. Isso implica enfrentar a percepção recorrente de que o Estado e suas instâncias decisórias constituem espaços restritos às elites sociais e econômicas, distantes das vivências cotidianas da maioria desses jovens.

Esperamos, por fim, que pesquisas como a presente sirvam de subsídio para novas investigações, ampliando o diálogo interdisciplinar sobre participação política juvenil, formação cidadã e engajamento crítico nos processos democráticos. Do mesmo modo, desejamos que esse debate extrapole os limites da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e alcance outros contextos educacionais e institucionais, estimulando reflexões sobre práticas pedagógicas, políticas de inclusão e estratégias de mediação da cidadania.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-36.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016. p. 492-523.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016. p. 492-523. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9JLYTvn7FxxMrnWNdnDMpzj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio de 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013]. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado 2024**. Brasília, DF: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 15 maio 2026.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13910>. Acesso em: 16 jan. 2026.

EDELMAN TRUST BAROMETER. **The Decline of Authority: Global Report**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2024-02/2024%20Edelman%20Trust%20Barometer%20Global%20Report_FINAL.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

EDDY, Kirsten; SHEARER, Elisa. **How Americans' trust in information from news organizations and social media sites has changed over time**. Washington, DC: Pew Research Center, 2025. Disponível em: <https://pewrsr.ch/3A4oaob>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, Líber Livro, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>. Acesso em: 18 maio 2026.

LEÓN, Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virginia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-19.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/TyXHbPQ93yGm7Z7SSDrwc4f/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

MESQUITA, Marcos Ribeiro et al. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 28, n. 2, p. 288-297, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7KqkS7nPLg55HnS46sWRPw/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

NOVAES, Regina (org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, 2006.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). **Juventudes e democracia na América Latina**. Brasília, Luminare, 2022.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.